



Março/2015



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### Concurso Público para provimento de cargos de **Analista do CNMP** **Apoio Técnico Administrativo - Controle Interno**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'G07', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva - Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 10 considere o texto abaixo.

**Falsificações na internet**

*Quem frequenta páginas da internet, sobretudo nas redes sociais, volta e meia se depara com textos atribuídos a grandes escritores. Qualquer leitor dos mestres da literatura logo perceberá a fraude: a citação está longe de honrar a alegada autoria. Drummond, Clarice Lispector, Guimarães Rosa e Fernando Pessoa, por exemplo, jamais escreveriam banalidades recheadas de lugares comuns, em linguagem capenga e estilo indefinido. Mas fica a pergunta: o que motiva essas falsificações grosseiras de artistas da palavra e da imaginação?*

*São muitas as justificativas prováveis. Atrás de todas está a vaidade simplória de quem gostaria de ser tomado por um grande escritor e usa o nome deste para promover um texto tolo, ingênuo, piegas, carregado de chavões. Os leitores incautos mordem a isca e parabenizam o fraudulento, expandindo a falsificação e o mau gosto. Mas há também o ressentimento malicioso de quem conhece seus bem estreitos limites literários e, não se conformando com eles, dispõe-se a iludir o público com a assinatura falsa, esperando ser confundido com o grande escritor. Como há de fato quem confunda a gritante aberração com a alta criação, o falsário dá-se por recompensado enquanto recebe os parabéns de quem o "curtiu".*

*Tais casos são lamentáveis por todas as razões, e constituem transgressões éticas, morais, estéticas e legais. Mas fiquemos apenas com a grave questão da identidade própria que foi rejeitada em nome de outra, inteiramente postiça. Enganar-se a si mesmo, quando não se trata de uma psicopatia grave, é uma forma dolorosa de trair a consciência de si. Os grandes atores, apoiando-se no talento que lhes é próprio, enobrecem esse desejo tão humano de desdobramento da personalidade e o legitimam artisticamente no palco ou nas telas; os escritores criam personagens com luz própria, que se tornam por vezes mais famosos que seus criadores (caso de Cervantes e seu Dom Quixote, por exemplo); mas os falsários da internet, ao não assinarem seu texto medíocre, querem que o tomemos como um grande momento de Shakespeare. Provavelmente jamais leram Shakespeare ou qualquer outro gênio citado: conhecem apenas a fama do nome, e a usam como moeda corrente no mercado virtual da fama.*

*Tais fraudes devem deixar um gosto amargo em quem as pratica, sobretudo quando ganham o ingênuo acolhimento de quem, enganado, as aplaude. É próprio dos vícios misturar prazer e corrosão em quem os sustenta. Disfarçar a mediocridade pessoal envergando a máscara de um autêntico criador só pode aprofundar a rejeição da identidade própria. É um passo certo para alargar os ressentimentos e a infelicidade de quem não se aceita e não se estima.*

(Terêncio Cristobal, inédito)

1. No texto manifesta-se, essencialmente, uma censura a quem,

- (A) frequentando páginas da internet, deixa-se seduzir com facilidade pelos textos de grandes autores, sem antes certificar-se quanto à sua autenticidade.
- (B) por falta de talento literário e por ressentimento, costuma ressaltar nos textos dos autores clássicos as passagens menos inspiradas ou mais infelizes.
- (C) levado pelo sentimento da vaidade, porta-se como se fosse um grande escritor, tratando de temas profundos num estilo elevado, próprios dos grandes talentos.
- (D) cometendo uma fraude, publica na internet textos medíocres, atribuídos a escritores célebres, buscando com isso, entre outras coisas, ganhar o aplauso de quem lê.
- (E) com intenção maliciosa, cita autores famosos em páginas da internet, afetando uma familiaridade que de fato jamais teve com esses grandes escritores.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, o autor do texto imagina que muitos usuários das redes sociais, mesmo os versados em literatura, podem se deixar enganar pela fraude das citações, uma vez que o estilo destas lembra muito de perto a linguagem dos alegados autores.
- II. No segundo parágrafo, duas razões são indicadas para explicar a iniciativa dos fraudulentos: o gosto pela ironia, empregada para rebaixar os escritores de peso, e a busca da notoriedade de quem quer ser identificado como um artista superior.
- III. Nos dois parágrafos finais, o que o autor ressalta como profundamente grave é o fato de os falsários mentirem para si mesmos, dissolvendo a identidade que lhes é própria e assumindo, ilusoriamente, a personalidade de alguém cujo valor já está reconhecido.

Em relação ao texto está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento em:

- (A) *honrar a alegada autoria* (1º parágrafo) = enobrecer a presunção de um autor
- (B) *ressentimento malicioso* (2º parágrafo) = remorso astuto
- (C) *a usam como moeda corrente* (3º parágrafo) = gastam-na perdulariamente
- (D) *o ingênuo acolhimento* (4º parágrafo) = a recepção incrédula
- (E) *Disfarçar a mediocridade* (4º parágrafo) = dissimular a banalidade



4. Está inteiramente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) É natural que muitos dos usuários da internet se irri-tem com este fenômeno generalizado: a pessoa pu-blica um medíocre texto de sua autoria como se fosse da lavra de algum escritor consagrado.
- (B) Tratando-se de um fenômeno generalizado na in-ternet, implica na irritação de quem toma os textos de alguém famoso cujo o teor foi estabelecido por quem escreveu uma mera banalidade.
- (C) Está cada vez mais usual o seguinte fato: alguém mal intencionado, publica sob um nome de autor co-nhecido um texto de que este jamais teria interesse em escrever, por banal que seja.
- (D) Muitas pessoas, provavelmente com má fé, dão como de outros autores, textos seus, imaginando que as assinaturas famosas encobrem as debilida-des do texto de cujos são criadores.
- (E) Certamente são irritantes essas falsificações da in-ternet, mormente nas redes sociais, aonde escritores sem qualquer talento plageiam autores famosos, tentando se fazer passar pelos mesmos.
- 
5. **Muita gente nos engana valendo-se das páginas da internet.**
- A transposição da frase acima para a voz **passiva** implicará
- (A) a utilização da forma verbal **enganam-nos**.
- (B) em que o sujeito de *valendo-se* passe a ser **internet**.
- (C) em que o sujeito de *enganar* passe a ser **nós**.
- (D) a utilização de *muita gente* como sujeito.
- (E) a utilização de *páginas da internet* como sujeito.
- 
6. *Como há de fato quem confunda a gritante aberração com a alta criação, o falsário dá-se por recompensado enquan-to recebe os parabéns de quem o "curtiu".*
- Caso a frase acima iniciasse com a expressão **Se houvesse de fato**, as formas verbais sublinhadas deve-riam ser substituídas, na ordem dada, por:
- (A) confundisse – dar-se-ia – recebesse – curtisse
- (B) confundiria – dera-se – recebera – curtia
- (C) confundisse – deu-se – receberia – curte
- (D) confundira – dar-se-á – recebera – curta
- (E) confundira – dera-se – receba – curtisse
- 
7. Considere as seguintes afirmações sobre aspectos da construção do texto:
- I. Na frase *É próprio dos vícios misturar prazer e cor-rosão em quem os sustenta*, o pronome **os** refere-se aos nomes *prazer e corrosão*.
- II. Atentando para a regência verbal, o segmento *Os grandes atores, apoiando-se no talento que lhes é próprio* permanecerá correto caso se substitua *apoiando-se no* por **valendo-se do** ou **contando com o**.
- III. Ao observar que ninguém deve enganar-se a si mesmo, o autor poderia ter optado pela forma do imperativo e nos lançar a seguinte frase, de modo correto e solene: "Não deveis enganar-se a vós mesmos".
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.
- 
8. Por apresentar falha estrutural de construção, deve-se **reelaborar** a redação da seguinte frase:
- (A) Há quem busque disfarçar a falta de talento atri-buindo a autores famosos os textos medíocres que publica nas páginas da internet.
- (B) A falta de talento faz com que artistas famosos pas-sem por ser alegados como genuínos autores da-queles textos de escritores medíocres que não o têm.
- (C) Alguns nomes de grandes escritores brasileiros são muitas vezes indicados na internet como autores de textos que jamais escreveriam.
- (D) É fácil entender que alguém cometa uma fraude pa-ra enganar os outros; difícil é aceitar que alguém se proponha a enganar a si mesmo.
- (E) Leitores ingênuos deixam-se enganar pelos falsários da internet, mostrando que não reconhecem a dife-rença entre a boa e a má literatura.
- 
9. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se concordando com o termo sublinhado na frase:
- (A) O autor do texto acha que (**ser**) de se lamentar que tantas pessoas sejam enganadas pelos falsários da internet.
- (B) Seria preciso que se (**aplicar**) a esses falsários algu-ma sanção, para que não houvesse tantos abusos.
- (C) Quem jamais leu Shakespeare nem (**imaginar**) as lições literárias e as discussões éticas que está per-dendo.
- (D) Não (**dever**) caber aos usuários da internet o direito de publicar o que quer que seja com assinatura falsa.
- (E) Infelizmente não se (**punir**) esses falsos gênios da internet com medidas rigorosas e exemplares.
- 
10. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Atualmente, ocorre na internet com cansativa fre-quência, a atribuição de textos insípidos aos grandes autores da nossa literatura, o que concorre certa-mente para a propagação do mau gosto, e a banali-zação da fraude.
- (B) Atualmente ocorre na internet, com cansativa fre-quência, a atribuição de textos insípidos, aos gran-des autores da nossa literatura, o que concorre certa-mente, para a propagação do mau gosto e a bana-lização da fraude.
- (C) Atualmente, ocorre na internet, com cansativa fre-quência, a atribuição de textos insípidos aos grandes autores da nossa literatura, o que concorre, certa-mente, para a propagação do mau gosto e a bana-lização da fraude.
- (D) Atualmente ocorre, na internet com cansativa fre-quência, a atribuição de textos insípidos, aos gran-des autores, da nossa literatura o que concorre, cer-tamente, para a propagação do mau gosto e a bana-lização da fraude.
- (E) Atualmente ocorre, na internet, com cansativa fre-quência a atribuição, de textos insípidos, aos gran-des autores da nossa literatura, o que concorre, cer-tamente para a propagação do mau gosto, e a bana-lização da fraude.

**Legislação de Interesse Institucional**

11. No tocante ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, considere:

- I. O Conselho Nacional do Ministério Público, com atuação em todo o território nacional e sede em Brasília, Distrito Federal, compõe-se de catorze membros.
- II. As sessões plenárias serão ordinárias ou extraordinárias. As sessões ordinárias serão realizadas em dias úteis, sendo, no mínimo, três a cada mês, conforme calendário semestral instituído e publicado na primeira quinzena do semestre.
- III. Compete exclusivamente ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público apreciar as arguições de impedimento e suspeição dos membros do Conselho.
- IV. Os serviços da Secretaria-Geral serão dirigidos pelo Secretário-Geral, membro de qualquer dos ramos do Ministério Público, auxiliado pelo Secretário-Geral Adjunto, escolhidos e nomeados pelo Presidente do Conselho.

De acordo com o Regimento Interno do CNMP está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e III.

12. Segundo o artigo 33 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, “a Ouvidoria Nacional é o órgão de comunicação direta e simplificada entre o Conselho Nacional do Ministério Público e a sociedade e tem por objetivo principal o aperfeiçoamento e o esclarecimento, aos cidadãos, das atividades realizadas pelo Conselho e pelo Ministério Público”. O Ouvidor será eleito entre os membros do Conselho, em votação

- (A) secreta, na sessão imediatamente posterior à vacância do cargo, para mandato de um ano, permitida uma única recondução.
- (B) aberta, na sessão imediatamente posterior à vacância do cargo, para mandato de um ano, vedada a recondução.
- (C) secreta, na sessão imediatamente posterior à vacância do cargo, para mandato de três anos, vedada a recondução.
- (D) aberta, na sessão imediatamente posterior à vacância do cargo, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (E) secreta, na sessão imediatamente posterior à vacância do cargo, para mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

13. Considere:

- I. integrar lista para Procurador-Geral;
- II. promoção por merecimento ou preenchimento de vaga na composição de tribunal;
- III. exercer cargo ou função de chefia, direção ou assessoramento na instituição a que pertença;
- IV. integrar o Conselho Superior ou exercer a função de Corregedor.

De acordo com o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, ao membro do Ministério Público, durante o exercício do mandato de Conselheiro do CNMP, são vedadas as condutas indicadas em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II, III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

14. De acordo com a Lei nº 8.112/90, o servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. Quando o deslocamento NÃO exigir pernoite fora da sede,

- (A) só será devido o pagamento de diária, ainda que não integral, se o afastamento superar 20 quilômetros.
- (B) não é devido o pagamento de diária.
- (C) só será devido o pagamento de diária, ainda que não integral, se o afastamento superar 30 quilômetros.
- (D) a diária é devida em 70%.
- (E) a diária é devida pela metade.

15. De acordo com a Lei nº 8.112/90, a demissão ou a destituição de cargo em comissão, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 anos, em razão da prática da conduta de

- (A) incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.
- (B) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
- (C) insubordinação grave em serviço.
- (D) ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem.
- (E) aplicar irregularmente dinheiros públicos.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Observe a sequência (10; 11; 13; 13; 12; 13; 15; 15; 14; 15; 17; 17; 16; 17; ... ) que possui uma lei de formação. A diferença entre o 149º e o 119º termos, dessa sequência, é igual a
- (A) 19.  
(B) 17.  
(C) 15.  
(D) 13.  
(E) 11.
- 
17. Um novo automóvel em teste percorre 7 km com um litro de gasolina comum. Já com gasolina aditivada este mesmo automóvel percorre 10,5 km com um litro. Sabe-se que o preço por litro de gasolina comum é R\$ 2,80 e o preço por litro da gasolina aditivada é R\$ 3,10. Comparando-se a despesa com gasolina que esse novo automóvel em teste consumirá em um percurso de 525 km, a economia, em reais, ao ser utilizada a gasolina aditivada em relação ao uso da gasolina comum é, aproximadamente, igual a
- (A) 55.  
(B) 63.  
(C) 48.  
(D) 0.  
(E) 45.
- 
18. O treinamento de um corredor é composto por 4 etapas. Em geral, cada uma dessas 4 etapas é de 1.000 m. No entanto, para aprimorar sua forma física, em determinado dia o treinamento foi alterado de modo que a partir da 2ª etapa o corredor percorreu 10% a mais do que havia percorrido na etapa anterior. Desta maneira, em relação aos treinamentos usuais, o total da distância percorrida neste dia de treinamento, também realizado em 4 etapas, corresponde a um acréscimo de, aproximadamente,
- (A) 30%.  
(B) 16%.  
(C) 12%.  
(D) 10%.  
(E) 18%.
- 
19. Para montar 800 caixas com produtos, uma empresa utiliza 15 funcionários que trabalham 6 horas por dia. Esse trabalho é realizado em 32 dias. Para atender um pedido de 2.000 caixas com produtos, iguais às anteriores, a empresa recrutou mais 5 funcionários, de mesma produtividade, além dos 15 funcionários já alocados para a função. O número de horas de trabalho por dia foi aumentado para 8 horas. Nessas condições, o número de dias necessários para montagem dessas 2.000 caixas é igual a
- (A) 18.  
(B) 60.  
(C) 36.  
(D) 45.  
(E) 25.
- 
20. O resultado da expressão numérica

$$\left(\frac{1}{3} - \frac{2}{3}\right) \cdot (-6 + 13) \cdot \left(\frac{1}{5} - \frac{3}{5}\right) \cdot (-4 - 2) \cdot \left(\frac{11}{4} - \frac{10}{4}\right) \cdot (-1 + 11) \cdot \left(\frac{3}{7} - \frac{9}{7}\right) \cdot \left(-\frac{4}{9} - \frac{5}{9}\right)$$

é igual a

- (A) -6.  
(B) 9.  
(C) -12.  
(D) 8.  
(E) -4.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Servidores responsáveis pelo setor de controle interno de determinado órgão da Administração direta federal identificam irregularidades na execução financeira de contrato de prestação de serviços, ainda em vigor, celebrado em decorrência de processo licitatório e contratação considerados oportunamente regulares pelos órgãos de controle externo. Nessa hipótese, à luz da disciplina constitucional da matéria, os servidores responsáveis pelo controle interno
- (A) deverão, sob pena de responsabilidade solidária, dar ciência das irregularidades ao Tribunal de Contas da União, cabendo ao Congresso Nacional determinar a suspensão da execução contratual e solicitar, de imediato, ao Executivo as medidas cabíveis.
  - (B) deverão, sob pena de responsabilidade solidária, dar ciência das irregularidades ao Tribunal de Contas da União, ao qual compete determinar, de imediato, a suspensão da execução contratual e solicitar ao Executivo a adoção das medidas cabíveis.
  - (C) estarão dispensados de dar ciência das irregularidades ao Tribunal de Contas da União, em virtude de processo licitatório e contrato já terem sido analisados e considerados regulares pelo órgão de controle externo, cuja jurisdição sobre a contratação assim se encerrou.
  - (D) deverão, sob pena de responsabilidade solidária, dar ciência das irregularidades aos dirigentes do órgão para que estes, comuniquem o Tribunal de Contas da União, ao qual compete requerer ao Poder Judiciário a suspensão da execução contratual e solicitar, de imediato, ao Executivo as medidas cabíveis.
  - (E) deverão, sob pena de responsabilidade solidária, dar ciência das irregularidades aos dirigentes do órgão para que estes, comuniquem o Tribunal de Contas da União, ao qual compete determinar, de imediato, a suspensão da execução contratual e solicitar ao Executivo a adoção das medidas cabíveis.
- 
22. Nos termos da Constituição da República, são vedados tanto aos magistrados quanto aos membros do Ministério Público:
- (A) exercício de atividade político-partidária; e participação em sociedade comercial.
  - (B) exercício da advocacia, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração; e participação em sociedade comercial.
  - (C) exercício de atividade político-partidária; e exercício da advocacia, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
  - (D) participação em sociedade comercial; recebimento, a qualquer título ou pretexto, de auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas.
  - (E) recebimento, a qualquer título ou pretexto, de custas processuais; e exercício de atividade político-partidária.
- 
23. Em relação a Termo de Ajustamento de Conduta celebrado por Ministério Público estadual, como resultado de inquérito civil que tenha por objeto a apuração de conduta de particular nociva ao meio ambiente, o Conselho Nacional do Ministério Público
- (A) não terá competência para apreciar sua legalidade, de modo a desconstitui-lo ou revê-lo, sob pena de ofensa à Constituição da República.
  - (B) terá competência para apreciar sua legalidade, de ofício ou mediante provocação, de modo a desconstitui-lo ou revê-lo.
  - (C) terá competência para apreciar sua legalidade, de ofício ou mediante provocação, fixando prazo para que se adotem as providências necessárias ao cumprimento da lei.
  - (D) terá competência para apreciar sua legalidade, de ofício ou mediante provocação, sem prejuízo da competência do órgão correicional do Ministério Público estadual.
  - (E) não terá competência para apreciar sua legalidade, por se tratar de ato administrativo de Ministério Público estadual, e não da União.
- 
24. Vinte e cinco por cento dos ocupantes de cargos em comissão de órgãos da Administração direta de determinado Estado são exonerados, em virtude de o ente da federação em questão ter excedido os limites estabelecidos em lei complementar com despesa de pessoal. Nesta hipótese, considerada a disciplina constitucional da matéria, a exoneração terá sido
- (A) regular, desde que precedida da exoneração de servidores não estáveis.
  - (B) regular, por se tratar de medida expressamente prevista na Constituição da República, nessas circunstâncias.
  - (C) irregular, fazendo os servidores jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
  - (D) regular, desde que ato normativo motivado do Executivo estadual especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.
  - (E) regular, sendo os cargos objeto de redução considerados extintos, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes pelo prazo de cinco anos.



25. Analise as seguintes situações à luz da Constituição da República, considerando em todas haver compatibilidade de horários entre os cargos e atribuições exercidos cumulativamente:
- I. Professor de Universidade pública estadual que, simultaneamente, ocupa cargo de pesquisador em instituto de pesquisa integrante da Administração federal.
  - II. Diretor de empresa pública federal que, simultaneamente, ocupa emprego em empresa pública estadual, percebendo remuneração por ambos.
  - III. Servidor da Administração direta federal que, investido no mandato de Vereador, percebe as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
  - IV. Servidor de Administração direta estadual que, investido no mandato de Prefeito, se afasta do cargo, mas opta por sua remuneração.

São compatíveis com a disciplina constitucional da matéria APENAS as situações descritas em

- (A) I, II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e III.

26. Uma empresa adquiriu, em 01/12/2012, um equipamento utilizado em seu processo de produção. O preço de aquisição foi R\$ 1.000.000,00 e o pagamento efetuado à vista, sendo que a empresa incorreu também nos seguintes gastos necessários para que o equipamento entrasse em operação:
- Gastos com componentes para configuração da máquina: R\$ 300.000,00.
  - Gastos com serviços de mão de obra para instalação: R\$ 200.000,00.

O equipamento entrou em operação em 02/01/2013, a empresa estimou sua vida útil em 500.000 unidades e espera vendê-lo, no final do período de utilização, pelo valor líquido de R\$ 400.000,00. Durante o ano de 2013 a empresa produziu 70.000 unidades e sabe-se que a vida útil para fins fiscais é definida em 10 anos. O valor total apropriado ao custo de produção no ano de 2013 foi, em reais,

- (A) 100.000,00.
- (B) 150.000,00.
- (C) 110.000,00.
- (D) 154.000,00.
- (E) 140.000,00.

27. Uma empresa comercializa um único produto e apresentava, em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013, o saldo de estoque para este produto no valor de R\$ 300.000,00, que correspondia a 400 unidades disponíveis.

Durante o mês de janeiro de 2014 a empresa realizou as seguintes transações relacionadas com a compra e venda do produto, em ordem cronológica:

Dia	Transação
04	Compra de 200 unidades ao preço unitário de R\$ 800,00.
10	Obtenção de um abatimento no valor total de R\$ 4.000,00 na compra realizada no dia 04.
15	Compra de 100 unidades ao preço unitário de R\$ 830,00.
18	Venda de 50% das unidades disponíveis no estoque nesta data pelo preço unitário de R\$ 900,00.
31	Pagamento de frete no valor de R\$ 4.500,00 da compra realizada em 04/01.

Sabendo que não há incidência de qualquer tributo na compra e na venda das mercadorias, que a empresa adota o Método da Média Ponderada Móvel para avaliação dos estoques e utiliza o Sistema de Inventário Permanente para controle, o saldo na conta de estoque evidenciado, no Balanço de 31/01/2014, foi, em reais,

- (A) 271.500,00.
- (B) 269.500,00.
- (C) 274.000,00.
- (D) 276.000,00.
- (E) 271.750,00.



28. Um equipamento foi adquirido por uma empresa pelo valor de R\$ 1.000.000,00 e o pagamento foi realizado à vista. A aquisição ocorreu em 30/06/2013, a empresa definiu sua vida útil em 5 anos e o valor líquido de venda do equipamento no final do 5º ano foi estimado em R\$ 400.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação, tendo em vista que o equipamento é utilizado 24 horas por dia, ininterruptamente. Sabe-se, ainda, que para fins fiscais a vida útil é definida em 10 anos. No final de 2013 a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo (*impairment*) para o equipamento, utilizando-se dos seguintes valores disponíveis em 31/12/2013:

- Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 930.000,00
- Valor em uso = R\$ 945.000,00

O valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- (A) 950.000,00.
- (B) 940.000,00.
- (C) 945.000,00.
- (D) 930.000,00.
- (E) 970.000,00.

29. No dia 01/12/2014 uma empresa obteve um empréstimo bancário no valor total de R\$ 2.000.000,00 que será liquidado da seguinte forma:

- Principal: pagamento integral em 01/12/2017
- Juros: pagamentos trimestrais, com a primeira parcela vencendo em 01/03/2015

As demais características do empréstimo são as seguintes:

- Taxa de juros contratada: 1,3% ao mês
- Valor dos juros trimestrais: R\$ 79.018,39
- Despesas iniciais cobradas pelo Banco (custos de transação): R\$ 150.000,00
- A taxa de custo efetivo da operação: 1,57% ao mês

Os valores da despesa com encargos financeiros apropriada no resultado de 2014 e do saldo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2014 para o empréstimo obtido foram, respectivamente, em reais,

- (A) 29.045,00 e 1.879.045,00.
- (B) 31.400,00 e 2.031.400,00.
- (C) 26.339,46 e 2.026.339,46.
- (D) 33.755,00 e 2.183.755,00.
- (E) 24.050,00 e 1.874.050,00.

30. O Patrimônio Líquido contábil da empresa Quebrada S.A., em 02/01/2012, era R\$ 100.000.000,00. A empresa Resolve Tudo S.A. adquiriu 40% das ações da empresa Quebrada S.A., passando a deter o seu controle. A empresa Resolve Tudo S.A. pagou R\$ 45.000.000,00 pela participação adquirida e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da empresa Quebrada S.A., na data da aquisição, era R\$ 120.000.000,00 (a diferença para o valor do Patrimônio Líquido contábil se referia ao valor justo de um terreno que estava registrado pelo valor de custo). No ano de 2012 a empresa Quebrada S.A. apurou um lucro líquido de R\$ 10.000.000,00. O valor deste investimento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012, nas demonstrações contábeis individuais da empresa Resolve Tudo S.A., foi, em reais,

- (A) 44.000.000,00.
- (B) 49.000.000,00.
- (C) 52.000.000,00.
- (D) 45.000.000,00.
- (E) 48.000.000,00.



31. Em 31/12/2013 o Balanço Patrimonial da empresa Descumpridora S.A. apresentou no passivo não circulante a conta Provisões para Riscos com o saldo de R\$ 650.000,00, cuja composição é a seguinte:

Processo	Montante Estimado (R\$)
Processo Fiscal	300.000,00
Processo Trabalhista	200.000,00
Garantias a serem prestadas	150.000,00

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2014 a assessoria jurídica externa, que presta serviços para a empresa na defesa dos diversos processos, apresentou novas avaliações sobre estes processos e sobre um novo processo a que a empresa está respondendo, que são as seguintes:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Processo Fiscal	250.000,00	Provável
Processo Trabalhista	220.000,00	Possível
Garantias a serem prestadas	500.000,00	Possível
Processo Cível 1 (novo)	580.000,00	Provável

O valor evidenciado pela empresa Descumpridora S.A. na conta Provisões para Riscos, no Balanço Patrimonial de 31/12/2014, e a variação negativa no resultado de 2014 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 1.550.000,00 e 900.000,00.  
 (B) 830.000,00 e 580.000,00.  
 (C) 720.000,00 e 70.000,00.  
 (D) 720.000,00 e 580.000,00.  
 (E) 830.000,00 e 180.000,00.

32. A empresa Vende de Tudo S.A. realizou, em 01/12/ 2014, as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 800.000,00
- Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 788.871,06

Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$1.500.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, a empresa Vende de Tudo S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2014, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2014,

- (A) Receita de Vendas = R\$ 1.588.871,06.  
 (B) Receita de Vendas = R\$ 1.500.000,00, apenas.  
 (C) Receita de Vendas = R\$ 1.500.000,00 e Receita Financeira = R\$ 12.000,00.  
 (D) Receita de Vendas = R\$ 1.500.000,00 e Receita Financeira = R\$ 5.600,00.  
 (E) Receita de Vendas = R\$ 800.000,00 e Receita Financeira = R\$ 88.871,06.



33. A empresa Caixa Sobrando S.A. realizou diversas aplicações em ativos financeiros durante o 2º semestre de 2014, cujas características são apresentadas na tabela seguinte:

Data da aplicação	Valor aplicado (R\$)	Taxa de juros	Data de vencimento	Classificação pela empresa
01/10/2014	200.000,00	0,8%a.m.	01/12/2016	Destinados para venda imediata
01/11/2014	300.000,00	1,3%a.m.	01/12/2018	Mantidos até o vencimento
01/12/2014	400.000,00	1,0%a.m.	01/12/2017	Disponível para venda futura

Estes ativos financeiros apresentam liquidez para revenda no mercado, mas a empresa não realizou a venda de nenhum dos títulos até 31/12/2014. A empresa identificou os seguintes valores justos de mercado, em 31/12/2014, para cada uma das aplicações:

Classificação pela empresa	Valor Justo em 31/12/2014 (R\$)
Destinados para venda imediata	202.000,00
Mantidos até o vencimento	310.000,00
Disponível para venda futura	406.000,00

Os valores que deveriam ser evidenciados pela empresa Caixa Sobrando S.A. no seu Balanço Patrimonial de 31/12/2014, para os títulos destinados para venda imediata, para os títulos que serão mantidos até o vencimento e para os títulos disponíveis para venda futura são, respectivamente, em reais,

- (A) 200.000,00; 307.850,70; 400.000,00.
- (B) 202.000,00; 310.000,00; 406.000,00.
- (C) 204.838,50; 307.850,70; 404.000,00.
- (D) 204.838,50; 310.000,00; 404.000,00.
- (E) 202.000,00; 307.850,70; 406.000,00.

34. Considere que a Cia. Imobiliária S.A. seja proprietária de três imóveis com as seguintes características:

- Imóvel 1 – destinado para ser utilizado nas atividades da empresa.
- Imóvel 2 – mantido pela empresa sem a intenção de venda, mas não utilizado em suas atividades.
- Imóvel 3 – mantido pela empresa para futura expansão da fábrica.

Na divulgação do seu Balanço Patrimonial, a empresa deve evidenciar o Imóvel 1, o Imóvel 2 e o Imóvel 3, respectivamente, no grupo do ativo

- (A) Imobilizado, Imobilizado e Imobilizado.
- (B) Imobilizado, Investimentos e Investimentos.
- (C) Imobilizado, Investimentos e Imobilizado.
- (D) Investimentos, Investimentos e Realizável no Longo Prazo.
- (E) Investimentos, Imobilizado e Realizável no Longo Prazo.

35. Uma empresa comercial adquiriu, em 02/01/2014, estoques no valor total de R\$ 250.000,00. O valor dos impostos recuperáveis incluídos no preço de compra era R\$ 25.000,00. Durante o ano de 2014 a empresa vendeu 90% deste estoque pelo valor total de R\$ 400.000,00, estando incluídos R\$ 40.000,00 de impostos sobre a venda. A demonstração do resultado bruto com vendas do ano de 2014 era a seguinte:

Receita Bruta de Vendas .....	400.000,00
(-) Impostos sobre Vendas .....	(40.000,00)
(=) Receita Líquida de Vendas .....	360.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas .....	(202.500,00)
(=) Resultado Bruto com Vendas .....	157.500,00

Sabendo que não havia estoques iniciais e que a empresa não consumiu nenhum outro insumo ou serviço de terceiros, o Valor Adicionado Gerado pela empresa em 2014 foi, em reais,

- (A) 157.500,00.
- (B) 150.000,00.
- (C) 197.500,00.
- (D) 175.000,00.
- (E) 135.000,00.



**Atenção:** Para responder às questões de números 36 e 37, considere as demonstrações contábeis da empresa **Perde Tudo X S.A.** apresentadas a seguir (Balanços Patrimoniais em 31/12/2013 e 31/12/2014 e a Demonstração do Resultado para o ano de 2014).

<b>Balanços Patrimoniais</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>88.000</b>	<b>64.000</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.500	20.500
Duplicatas a Receber de Clientes	65.000	40.000
(-) E.P.C.L.D.*	(2.500)	(1.500)
Estoques	10.000	5.000
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>25.000</b>	<b>60.000</b>
Investimentos	-	25.000
Veículos	50.000	40.000
(-) Depreciação Acumulada	(25.000)	(5.000)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>113.000</b>	<b>124.000</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>10.000</b>	<b>27.500</b>
Fornecedores	7.500	22.500
Salários a pagar	2.500	5.000
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>50.000</b>	<b>40.000</b>
Empréstimos	50.000	40.000
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>53.000</b>	<b>56.500</b>
Capital Social	50.000	70.000
Lucros Acumulados	3.000	(13.500)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>113.000</b>	<b>124.000</b>

<b>Demonstração de Resultados – 01/01/2014 a 31/12/2014</b>	
Receitas Líquidas de Vendas	200.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(100.000)
<b>(=) Resultado Bruto</b>	<b>100.000</b>
(-) Despesas Operacionais	
Salários	(72.500)
Aluguel	(35.000)
Energia Elétrica	(15.000)
E.P.C.L.D.*	(1.500)
Depreciações	(5.000)
(-) Despesas Financeiras	(5.000)
(+) Outras Receitas e Despesas	
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.000
Lucro na venda de veículos	7.500
<b>(=) Resultado Líquido do Período</b>	<b>(16.500)</b>

\* E.P.C.L.D. = Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa

**Informações Adicionais:**

- Os investimentos são avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial.
- Todos os veículos existentes em 31/12/2013 foram vendidos em 02/01/2014.
- O aumento de capital foi efetuado com a entrega de veículos no valor de R\$ 5.000,00 e o restante em dinheiro.
- A empresa classifica os pagamentos de despesas financeiras como operacionais.
- Os empréstimos existentes em 31/12/2013 foram integralmente pagos em 02/01/2014. Do saldo existente em 31/12/2013 o valor de R\$ 8.000,00 corresponde a despesas financeiras de períodos anteriores que ainda não haviam sido pagos.
- As despesas financeiras de 2014 foram pagas no próprio período.

36. O valor correspondente ao caixa consumido ou gerado pelas Atividades Operacionais no ano de 2014 foi, em reais,

- (A) 9.500,00 positivo.
- (B) 27.500,00 negativo.
- (C) 17.500,00 positivo.
- (D) 25.000,00 positivo.
- (E) 22.500,00 positivo.



37. Os valores correspondentes ao caixa consumido ou gerado pelas Atividades de Investimento e pelas Atividades de Financiamento no ano de 2014 foram, respectivamente, em reais,
- (A) 35.000,00 negativo e 10.000,00 positivo.
  - (B) 17.500,00 negativo e 10.000,00 positivo.
  - (C) 17.500,00 negativo e 13.000,00 positivo.
  - (D) 22.500,00 negativo e 13.000,00 positivo.
  - (E) 15.000,00 negativo e 5.000,00 positivo.

38. A tabela a seguir apresenta algumas informações que foram obtidas das demonstrações contábeis da Empresa Abra S.A. e da Empresa Cadabra S.A. relativas ao ano de 2014:

Variável	Empresa Abra S.A.	Empresa Cadabra S.A.
Índice de liquidez corrente	2,0	1,5
Ativo Circulante	R\$150.000,00	R\$150.000,00
Passivo Não Circulante	R\$120.000,00	R\$150.000,00
Total do Balanço	R\$360.000,00	R\$360.000,00
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	15%	20%

Com base nessas informações, é correto afirmar que a Empresa

- (A) Abra S.A. apresenta maior passivo circulante.
  - (B) Cadabra S.A. apresentou menor lucro líquido no período.
  - (C) Abra S.A. apresenta menor ativo não circulante.
  - (D) Cadabra S.A. apresenta maior patrimônio líquido.
  - (E) Abra S.A. possui um montante maior de recursos de terceiros.
39. A Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício de 2015 de um determinado ente federativo contém dotações orçamentárias suficientes para suportar 24 meses de despesas com pessoal e encargos. Este procedimento
- (A) contraria o princípio orçamentário da unidade.
  - (B) não atende o princípio orçamentário da universalidade.
  - (C) não atende o princípio orçamentário da competência.
  - (D) contraria o princípio orçamentário da anualidade.
  - (E) está em consonância com o princípio orçamentário da oportunidade.

40. O Plano de Contas da União segue a estrutura de padronização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) que é subdividido em
- (A) 8 Classes.
  - (B) 4 Classes.
  - (C) 8 Grupos.
  - (D) 4 Grupos.
  - (E) 6 Classes.

41. O objetivo da contabilidade que se concretiza pela obediência aos princípios que dirigem os seus procedimentos e que se reflete nas demonstrações que lhe cabe elaborar denomina-se
- (A) Escrituração.
  - (B) Evidenciação.
  - (C) Mensuração.
  - (D) Consolidação.
  - (E) Planejamento.



42. O Nível do Plano de Contas da União utilizado para segregar os valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação das contas públicas dos três níveis de governo é o
- (A) 4º nível.
  - (B) 5º nível.
  - (C) 3º nível.
  - (D) 6º nível.
  - (E) 2º nível.
- 
43. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, a concessão de adiantamento a servidor para realização de despesa
- (A) adquire característica orçamentária a partir da prestação de contas.
  - (B) é um fato estritamente extraorçamentário.
  - (C) é um fato orçamentário deste o momento da sua concessão.
  - (D) não depende de lei para definição das despesas para as quais se aplica.
  - (E) aplica-se às despesas subordinadas ao regime normal de aplicação.
- 
44. É permitido incluir na Lei Orçamentária Anual – LOA autorização para o Poder Executivo abrir créditos
- (A) especiais e extraordinários.
  - (B) adicionais.
  - (C) suplementares e especiais.
  - (D) extraordinários.
  - (E) suplementares.
- 
45. O saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a receita prevista e a realizada, considerando-se ainda a tendência do exercício, denomina-se
- (A) Economia Orçamentária.
  - (B) Superávit Orçamentário.
  - (C) Superávit Financeiro.
  - (D) Excesso de Arrecadação.
  - (E) Superávit Primário.
- 
46. Considere as seguintes afirmativas:
- I. A despesa inscrita em restos a pagar não processado encontra-se pendente de liquidação.
  - II. A despesa inscrita em restos a pagar não processado encontra-se pendente de empenhamento.
  - III. A despesa inscrita em restos a pagar não processado encontra-se pendente apenas de pagamento.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.
- 
47. As obrigações com fornecedores reconhecidas no exercício atual, resultantes de compromissos gerados em exercício anterior, para os quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, em montante suficiente para suportá-los, mas cuja despesa não foi processada em época própria
- (A) abrangem as despesas inscritas em restos a pagar não processados.
  - (B) serão pagas como despesa extraorçamentária.
  - (C) serão pagas com a devida execução orçamentária.
  - (D) abrangem as despesas inscritas em restos a pagar processados.
  - (E) devem ser registradas na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores do PL.



48. A Classe de eventos do SIAFI, indicada no documento Nota de dotação, utilizada para registrar a movimentação de créditos orçamentários é
- (A) 10.0.xxx.
  - (B) 30.0.xxx.
  - (C) 40.0.xxx.
  - (D) 50.0.xxx.
  - (E) 20.0.xxx.
- 
49. O Documento do SIAFI que permite registrar os empenhos que foram liquidados (por Ordem Bancária – OB ou Nota de Lançamento por Evento – NL), pelos Órgãos que utilizam o PROGORCAM, informando a quantidade de itens que foram realizados fisicamente, denomina-se Nota de
- (A) Movimentação Físico-Financeira.
  - (B) Apropriação Físico-Orçamentária.
  - (C) Movimentação Contábil-Financeira.
  - (D) Apropriação Físico-Financeira.
  - (E) Crédito Contábil-Orçamentária.
- 
50. O processo de elaboração da proposta orçamentária via SIDOR divide-se em três etapas básicas, controladas pelo Sistema, denominadas de
- (A) Grupo.
  - (B) Fase.
  - (C) Nível.
  - (D) Momento.
  - (E) Estágio.
- 
51. Entre as Atividades Subsidiárias do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal está
- (A) o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União que visa a aferir a sua consistência e a adequação.
  - (B) o aperfeiçoamento da gestão pública nos aspectos de formulação, planejamento, coordenação, execução e monitoramento das políticas públicas.
  - (C) a avaliação da aplicação de recursos públicos por entidades de Direito Privado que visa à verificação do cumprimento do objeto avençado.
  - (D) avaliação da execução dos orçamentos da União que visa a comprovar a conformidade da execução com os limites e as destinações estabelecidas na legislação pertinente.
  - (E) a avaliação das renúncias de receitas que visa a avaliar o resultado da efetiva política de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido e concessão de isenção em caráter não geral.
- 
52. Determinada Administração direta estadual adquiriu no exercício de 2014 ações da empresa de saneamento básico do Estado constituída em 2010. Considerando que esta operação não provocou aumento de capital da citada empresa, a despesa decorrente desta aquisição deverá ser classificada como
- (A) Inversão Financeira.
  - (B) Investimento.
  - (C) Custeio.
  - (D) Subvenção Econômica.
  - (E) Transferência de Capital.



53. De acordo com as Instrução Normativa 01/2001, a auditoria pode ser executada de forma
- (A) remota.
  - (B) complexa.
  - (C) conjunta.
  - (D) concomitante.
  - (E) simplificada.
- 
54. A avaliação de controles internos tem, dentre seus objetivos, determinar a extensão e o alcance de auditorias, em nível de transações, e contribuir em nível de entidade, por meio de propostas e recomendações, para a melhoria de processos organizacionais e da governança. Segundo a NAT 71 e 72 e I.N.01/2001. SCI/MF, esse último objetivo tem orientação
- (A) funcional.
  - (B) matricial.
  - (C) estratégica.
  - (D) por processos.
  - (E) por tarefa.
- 
55. Segundo a Constituição da República em seu art. 74 *“Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de...”* *“comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado”*, correspondente ao poder de autotutela, preconiza a
- (A) gestão pró-ativa.
  - (B) auditoria externa.
  - (C) supervisão ministerial.
  - (D) auditoria de sistema.
  - (E) auditoria de qualidade.
- 
56. Segundo a Constituição da República, *“A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade”...* *“e pelo sistema de controle interno de cada Poder”* preconizam o tipo e forma de atuação do controle
- (A) legislativo por meio de controle interno gerencial.
  - (B) administrativo por meio controle interno gerencial.
  - (C) judicial por meio de forma de regramento constitucional, legal ou regulamentar.
  - (D) social por meio de gestão participativa.
  - (E) judiciário por meio de controle político.



57. Com relação a I.N. – TCU nº 63/2010, atualizada com a I.N. – TCU nº 72/2013, é correto afirmar que
- (A) as unidades jurisdicionadas e os órgãos de controle interno devem manter a guarda dos documentos comprobatórios de cada exercício, incluídos os de natureza sigilosa pelo prazo de 15 anos.
  - (B) a análise da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão, em relação a padrões normativos e operacionais, expressos nas normas e regulamentos aplicáveis, e da capacidade dos controles internos de identificar e corrigir falhas e irregularidades caracteriza o exame de desempenho.
  - (C) a análise da eficácia, eficiência, efetividade e economicidade da gestão em relação a padrões administrativos e gerenciais expressos em metas e resultados negociados com a administração superior ou definidos nas leis orçamentárias, e da capacidade dos controles internos de minimizar riscos e evitar falhas e irregularidades caracteriza o exame de conformidade.
  - (D) o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para as unidades jurisdicionadas sejam alcançados define controles externos.
  - (E) os relatórios de auditoria de gestão emitidos pelos órgãos de controle interno devem ser compostos dos achados devidamente caracterizados pela indicação da situação encontrada e do critério adotado e suportados por papéis de trabalho, mantidos em arquivos à disposição do Tribunal.
- 
58. Com relação a Constituição da República em seu art. 70, § único “*prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária*”, em que a I.N. nº 63/2010 do TCU em seu art. 10 estabelece no rol de responsáveis, o dirigente máximo da unidade jurisdicionada, membros da diretoria e membros de órgão colegiado, responsáveis por ato de gestão que possa causar impacto na economicidade, eficiência e eficácia da unidade jurisdicionada. Entretanto, no processo de contas, os órgãos de controle interno podem propor a inclusão de responsáveis não relacionados no rol, quando o Tribunal ao julgar as contas, decidir como
- (A) regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.
  - (B) regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.
  - (C) sem ressalva mas com parágrafo de ênfase por restrição de escopo.
  - (D) irregulares, quando comprovado dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ao antieconômico.
  - (E) regulares com ressalva por prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, na qual fixar-se-á a responsabilidade solidária do agente público e do terceiro que haja concorrido para o dano.
- 
59. Entre os modelos de controle interno reconhecidamente aceitos internacionalmente encontra-se o emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) de 1992 conhecido como *Internal Control – Integrated Framework – Coso 1*, cuja estrutura recomendada desmembra os controles internos em cinco componentes inter-relacionados: ambiente de controle (interno), avaliação de risco, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento. Em 2004 acrescentou-se três novos elementos, tornando-o em *Enterprise Risk Management – Integrated Framework – Coso 2*: fixação de objetivos, identificação de eventos e resposta a risco, sendo este último desdobrado em algumas categorias, das quais “*mitigar a consequência e/ou probabilidade de ocorrência do risco por meio da transferência*” caracteriza a categoria de resposta ao risco tratada como
- (A) evitar.
  - (B) reduzir.
  - (C) aceitar.
  - (D) compartilhar.
  - (E) eliminar.
- 
60. Atos de improbidade administrativa estabelecidos na Lei Federal nº 8.429/1992, como: permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço superfaturado, deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo e perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal subfaturado, constituem respectivamente
- (A) prejuízo ao erário, atentam contra os princípios da Administração pública e enriquecimento ilícito.
  - (B) prejuízo ao erário, enriquecimento ilícito e atentam contra os princípios da Administração pública.
  - (C) atentam contra os princípios da Administração pública, prejuízo ao erário e enriquecimento ilícito.
  - (D) enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e atentam contra os princípios da Administração pública.
  - (E) atentam contra os princípios da Administração pública, enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário.



### DISCURSIVA-REDAÇÃO

**Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo x, itens:

"10.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.6 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação pela banca examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva-Redação. 10.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem), considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos."

**Instruções:**

- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.

*Em capítulo "Os atos do Estado" (em **Sobre o estado**: cursos no Collège de France (1989-92)), o sociólogo francês Pierre Bourdieu refere que analisou a diferença entre um julgamento feito por uma pessoa autorizada e um julgamento privado.*

*Essa temática sugere reflexões relacionadas, por exemplo, a: quem representa o poder central?; quem vigiará os vigilantes legitimados pelo Estado?; que efeitos os diferentes julgamentos provocam no mundo social?*

Redija uma **dissertação** expondo, de modo claro e coerente, seu ponto de vista sobre o tema. Seus argumentos – contemplando ou não as reflexões acima, ou, ainda, ampliando-as –, devem ser tratados de maneira a dar consistência a seu texto.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30